



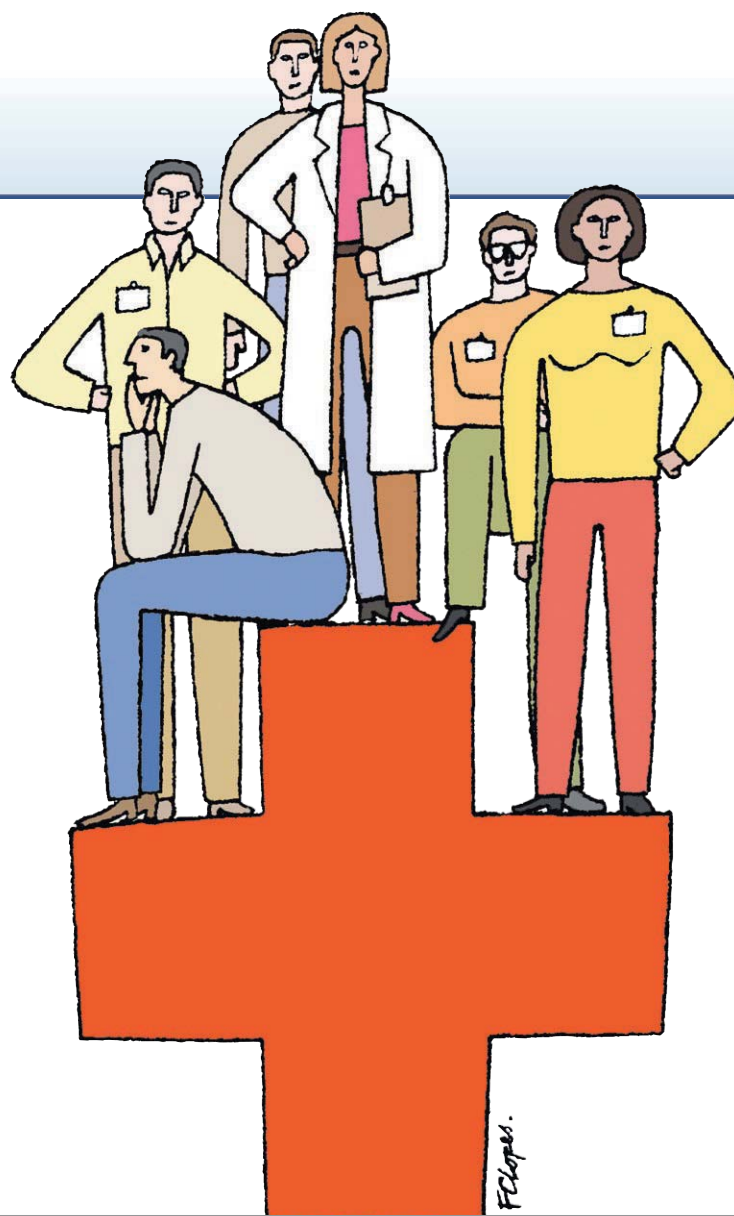
# BRASÍLIA-DF

por Denise Rothenburg » deniserothenburg.df@dabr.com.br

## A PEC 300 DO MOMENTO

A alegria do governo com a sanção hoje do Mais Médicos vai durar pouco. A presidente Dilma Rousseff e o ministro da Fazenda, Guido Mantega, já estão com dor de cabeça por causa da mobilização desta tarde no Congresso, onde são esperados 10 mil agentes de saúde. Eles chegam para pressionar a aprovação de um aumento salarial, embutido no projeto de lei que transforma em piso os R\$ 950 repassados aos estados para o pagamento de um salário mínimo a cada um, mais os encargos. Discretamente, líderes e vice-líderes de plantão fizeram um pedido de urgência para votar o projeto e espalharam a boa nova à categoria que hoje vem cobrar a fatura — algo em torno de R\$ 2 bilhões por ano a mais nos gastos do governo.

A perspectiva de acordo para aprovar a proposta repassa a conta dos encargos aos estados e a compra de material aos municípios. Afinal, se ficar por conta da União, a reserva dos R\$ 15 bilhões de bônus de assinatura do pré-sal para investimentos já era. A guerra em torno desse projeto dos agentes de saúde lembra a muitos a velha briga da PEC 300, que volta e meia mobiliza policiais em busca da sonhada equiparação com os salários pagos no Distrito Federal. E, sabe como é, com a eleição logo ali, qualquer bondade que entrar em pauta emplaca. Por isso, a ordem será evitar que chegue ao plenário.



CURTIDAS

**Nem vem!** Quem liga para a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, e faz a gracinha “futura governadora”, ouve logo um “nem pensar. Tenho saudades daquele tapete azul. Se sair daqui, vou concorrer ao Senado”.

Ueslei Marcelino/Reuters - 28/11/12



**Magoado!** O ministro do Supremo Tribunal Federal Antonio Dias Toffoli (foto) está hoje mais próximo da oposição do que da situação.

**Isso são horas?!?!** O senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) acordou ontem às 5h, pegou o celular e tocou no último número ligado na noite anterior. Ninguém atendeu. Às 8h, liga para ele o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, preocupado: “Qual era a emergência das quatro da madrugada?”.

**Isso são horas 2?!?!** Rodrigo, meio sem jeito, respondeu: “Toquei sem querer na tecla da última ligação... Mas, pera aí. Não era quatro da manhã!”. “Era sim. Aqui não tem horário de verão!”. Bem, agora Rodrigo não vai esquecer. Quem quiser falar com alguém no Nordeste logo cedo, é bom se lembrar da diferença de horário.

### Guerra de versões

O próximo programa do PT que vai ao ar esta semana pretende tratar o resultado do leilão de Libra, do pré-sal, como um sucesso, sem entrar nos detalhes do negócio. Enquanto isso, a oposição baterá na tecla de que foi um fracasso. Só um consórcio apareceu e não deu um dólar sequer de água. Se o preço da gasolina subir muito até outubro do ano que vem, há quem diga que o eleitor é bem capaz de dar mais crédito aos opositoristas.

### Sem pai nem mãe

O presidente do DEM, senador José Agripino Maia, anda meio desconsolado. Embora o filho, o deputado Felipe Maia, tenha uma votação para lá de expressiva, está sem coligação, o que torna difícil atingir o coeficiente eleitoral para assegurar a vaga na Câmara dos Deputados. Daí, a expectativa de aliança do Democratas com o PMDB no Rio de Grande do Norte.

### Queda de braço

Um grupo do PMDB tenta forçar a porta para emplacar o diretor Marcelo Bechara no comando da Anatel. O problema é que o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, não abre mão de reconduzir João Rezende ao cargo e já fechou tudo com a chefe, Dilma Rousseff. Caberá ao PMDB se contentar com Igor Vilas Boas numa diretoria, conforme antecipado aqui no domingo, ainda que a bancada esteja meio frustrada por não ter sido ouvida.

### Novo afilhado

O ex-presidente Lula fez chegar aos aliados em Pernambuco que seu nome preferido para concorrer ao governo do estado com a bandeira de Dilma Rousseff no palanque é o senador Armando Monteiro Neto, do PTB. Assim, agrega vários partidos, reduzindo o poder de fogo do governador Eduardo Campos e os efeitos das brigas internas do PT.

**JUSTIÇA /** Com novos ministros no Supremo, Marco Aurélio Mello sinaliza que o STF poderá rever a legislação relativa aos crimes praticados na ditadura. MP defende que o Brasil precisa se submeter às normas internacionais

# Lei da Anistia em xeque

» GRASIELLE CASTRO

Após o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, dizer, em apelo ao Supremo Tribunal Federal, que a anistia brasileira deve se submeter às convenções internacionais, o ministro do STF Marco

Aurélio de Mello sinalizou que a medida pode ser revista. O Supremo já considerou a Lei de Anistia constitucional, mas ainda é preciso apreciar os recursos apresentados. Como a composição da Corte mudou nos últimos anos, existe a possibilidade de os novos ministros terem outro

entendimento. “É possível rediscuti-la? É. Depende de provocação. Mas o Supremo já disse que ela é constitucional. Agora, o Supremo de ontem era um, o de hoje é outro”, afirmou o Marco Aurélio.

Em 2010, em uma ação ajuizada pela Ordem dos Advogados do Brasil, o STF considerou, por 7

votos a 2, a legislação válida. Desde então, três ministros deixaram a Corte. Ao ser sabatinado, Luís Roberto Barroso afirmou que a medida poderia ser revista. O presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB, Wadid Damous, considera o momento favorável para uma nova análise da

legislação. “Os novos ministros e o procurador se mostraram mais abertos a uma revisão”, aponta.

O Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos (OEA), pelo desaparecimento de 62 pessoas no Araguaia, mas

argumenta que não investiga o caso, por causa da legislação interna, que anistia a questão. Para o jurista Fábio Comparato, é obrigatório que o país cumpra a decisão. “A Lei de Anistia é contrária ao sistema internacional de direitos humanos e à Constituição”, resume.

## Demarcação a passos lentos

» ÉTORE MEDEIROS  
» ADRIANA CAITANO

Novo modelo de demarcação de terras indígenas, anunciado para esta semana pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, corre o risco de atrasar. O fator novo de um processo que se arrasta há meses — o governo prometera a nova regulamentação ainda para o primeiro semestre — é a entrada em pauta no Supremo Tribunal Federal dos recursos do caso Raposa Terra do Sol. Em 2009, o STF impôs 19 condicionantes ao aprovar a criação da terra indígena em Roraima, com 1,7 milhão de hectares. Os pontos englobam desde a proibição de ampliação da área demarcada até a possibilidade de que o governo não precise consultar os índios para a construção de obras interesse nacional dentro das reservas, como estradas e bases militares.

Procurados pela reportagem, os ministérios da Justiça e da Casa Civil não confirmaram a publicação das novas regras nem o conteúdo. Um relatório da Embra, utilizado pela Casa Civil para contestar laudos da Fundação Nacional do Índio (Funai) e suspender demarcações no Rio Grande do Sul, no entanto, pode



**Amanhã (hoje) tem que sair um resultado porque o governo enrola com esses temas desde o primeiro semestre e não pode ficar tudo como está”**

**Luís Carlos Heinze (PP-RS), coordenador da Frente Parlamentar Agropecuária**

dar indícios dos próximos passos.


O documento menciona o protótipo de um “sistema integrado para prevenção e gestão de conflitos em terras indígenas”. As demarcações passariam a ser feitas com base nos atuais laudos antropológicos da Funai, mas também com informações dos ministérios do Planejamento (Censo e obras do PAC), do Meio Ambiente (Unidades de Conservação), do Desenvolvimento Social (Bolsa Família), da Agricultura (produção agropecuária) e do

gabinete de Segurança Institucional da Presidência.

Não existe consenso no universo jurídico se as condicionantes valem exclusivamente para a Raposa Serra do Sol ou se vão reger todas as demarcações. A partir de amanhã, os 19 pontos e a abrangência serão debatidos no Supremo. “Acho que ele (Cardozo) vai aguardar o julgamento. Acredito que neste momento todas as iniciativas relativas a direitos indígenas, no Executivo e no Legislativo, estão em compasso de espera da decisão do STF”, opina Márcio Santilli, diretor do Instituto Socioambiental e vice-presidente da Funai entre 1995 e 1996.

O coordenador da Frente Parlamentar Agropecuária, deputado Luís Carlos Heinze (PP-RS), não acredita que o julgamento tenha relação direta com a portaria prometida por Cardozo. Heinze afirma que a bancada suspendeu a instalação da comissão que trataria da PEC 215 — que transfere os processos de demarcação do Executivo para o Congresso — sob a promessa de que a portaria do governo seria publicada nesta semana. “Amanhã (hoje) tem que sair um resultado porque o governo enrola com esses temas desde o primeiro semestre e não pode ficar tudo como está”, destaca.

CONVOCAÇÃO DA CHRYSLER GROUP DO BRASIL



**Comunicado aos proprietários de veículos Jeep Cherokee**

A Chrysler Group do Brasil convoca os proprietários do veículo **Jeep Cherokee** ano/modelo **2002 e 2003** para a realização, sem nenhum custo, da **instalação de componente no circuito do módulo do air bag**. Foi identificado que o módulo de controle do sistema de air bag pode fazer com que um air bag frontal e/ou um pré-tensor do cinto de segurança sejam acionados inadvertidamente, inclusive durante a condução do veículo, podendo provocar ferimentos no motorista e ocupantes do veículo e possibilidade de colisão, gerando risco à saúde e segurança dos demais consumidores.

O tempo estimado para o reparo é de uma hora.

No Brasil, a ação envolverá um total de 49 veículos com o seguinte intervalo de chassis: de 1J4GL48K02W268544 a 1J4GL48KX2W268915.

Para mais informações, entre em contato pelo telefone **0800 703 7150** ou consulte **www.jeep.com.br**. Com esta iniciativa, a Chrysler Group do Brasil visa assegurar a satisfação de seus clientes, garantindo a qualidade, a segurança e a confiabilidade dos veículos da marca **Jeep®**.

**CHRYSLER GROUP DO BRASIL COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**